
CONTRATAÇÃO DIRETA – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO E-DOC Nº 830/2025
INTERESSADO: GERÊNCIA SOCIOAMBIENTAL - GESA
GERÊNCIA DE COMPRAS E ALMOXARIFADO - GCAL

NOTA TÉCNICA

1. Trata-se de solicitação de licitação por dispensa de valor, encaminhada pela Gerência de Compras e Almocharifado, a pedido da GESA, por meio de **DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA**, cujo é objeto é a **AQUISIÇÃO DE 01(UM) TRANSFORMADOR AUTOMÁTICO DE CAIS (MARCA: OTTO LT), PARTA SER UTILIZADA NA UNIDADE MÓVEL (ÔNIBUS) DA COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE – DESO.**
2. Apresenta a seguinte justificativa para a contratação pleiteada e escolha da marca, nos termos da CI 7902/2024 de 11/12/204 e no item 2.1 e 2.2 do Termo de Referência:

"[...] 2.1. Da justificativa: O Programa Saneamento Expresso tem como objetivo primordial levar informações sobre saneamento básico às comunidades do Estado de Sergipe. Para alcançar esse propósito de forma eficiente e sustentável, é essencial garantir que a unidade móvel utilizada para esse fim, esteja devidamente equipada com os recursos necessários para operar de maneira eficaz. 2.1.1. Uma das demandas fundamentais para o funcionamento adequado do ônibus é a energia elétrica. Neste sentido o transformador desempenha um papel crucial, pois é responsável por converter e manter a energia disponível na rede elétrica em um formato compatível com as necessidades do veículo e dos equipamentos a bordo. A aquisição do transformador visa garantir a eficiência operacional, confiabilidade e sustentabilidade do ônibus do Programa Saneamento Expresso, permitindo que ele continue desempenhando seu papel que é de promover as práticas de educação ambiental para as comunidades atendidas pela DESO, de forma lúdica e itinerante."

2.2. Do objeto e marca 2.2.1 A decisão de adquirir um transformador de energia elétrica da empresa Otto Transformadores, essencial por sua qualidade e confiabilidade na fabricação desses equipamentos. Ao optar por manter o mesmo fornecedor, garantimos a continuidade da excelência na entrega de produto 2.2.2. A escolha de adquirir um transformador de energia elétrica da OTTO LT Transformadores foi primordial devido às suas dimensões apresentadas de acordo com o espaço disponibilizado no ônibus ser compatível incontestável qualidade e confiabilidade na fabricação desses equipamentos. Ao decidir continuar com o mesmo fornecedor, asseguramos a consistência na entrega de produtos duráveis e altamente eficientes, cruciais para manter as operações em campo do programa funcionando de forma otimizada. Além disso, ao permanecer com o modelo de transformador atual, simplificamos a integração com os sistemas já existentes nos ônibus. Isso resultará em uma redução significativa nos custos e no tempo necessários para instalação e adaptação, ao mesmo tempo em que minimiza possíveis problemas de compatibilidade entre os componentes elétricos. 2.2.3. O aumento da potência do transformador de 5 para 8 kVA permitirá uma operação mais eficiente dos ônibus

do Programa Saneamento Expresso. Com uma capacidade maior, o veículo terá a capacidade de suportar uma carga elétrica mais elevada, garantindo o funcionamento adequado de todos os equipamentos e sistemas a bordo. Por consequência, nos precavemos de um possível acréscimo na demanda por energia elétrica no futuro, o aumento da capacidade do transformador proporciona uma margem de segurança e prepara o ônibus para lidar com quaisquer necessidades adicionais que possam surgir ao longo do tempo. Salientamos que as características das redes elétricas que estão sendo disponibilizadas estão criando uma estabilidade contínua na alimentação colocando em risco toda a aparelhagem disponível no veículo podendo causar curto-circuito ou incêndio.

3. Impende ressaltar que a dispensa fora realizada nos moldes eletrônicos, em conformidade com os Decretos Estaduais nº 26.531, de 14/10/2009 e 26.533, de 15/10/2009, 24.480/2007.
4. Em bom tempo, deve-se salientar que a nota técnica sobre a questão, tem como base os documentos anexados ao presente processo, incumbindo a este Setor prestar consultoria sob o âmbito jurídico, não lhe competindo adentrar no mérito da conveniência e discricionariedade dos atos praticados, nem analisar os aspectos de natureza eminentemente técnico.
5. Assim, na relação custo-benefício em contratar diretamente empresa o art. 120, incisos I e II, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) combinado com o art. 29, inciso II da Lei 13.303 de 30 de junho de 2016, dispensa a licitação por considerar que o valor da contratação não compensa os custos da Administração com o procedimento licitatório. De maneira que, a realização de procedimento licitatório implica em gastos excessivos, os quais não justificam economicamente a licitação.
6. A legitimidade da dispensa licitatória ampara-se no descabimento de a Administração ter um custo processual superior ao dispêndio para a contratação do objeto pretendido. O procedimento licitatório, independentemente da modalidade utilizada, compreende diversos custos, tanto os referentes ao labor administrativo (custos fixos com salários, equipamentos, energia e diversos insumos) quanto os decorrentes da publicidade dos atos da licitação. Logo, em atendimento ao princípio da economicidade, nada mais correto do que a Administração contratar diretamente, dispensando o pesado e caro procedimento licitatório, quando o objeto pretendido for de baixo valor monetário. Como observa Benedetto de Tolosa, os eventuais benefícios da feitura da licitação que pouca atração exerceria sobre eventuais fornecedores, por certo, sucumbiriam ante os custos processuais, tornando a contratação antieconômica.
7. Quanto ao fracionamento de despesa, sabe-se que o elemento de despesa não pode ser utilizado como único meio a caracterizar a natureza de bens e serviços. Isso porque, a classificação orçamentária da despesa é critério demasiadamente amplo, que poderia levar à conjugação de despesas que são incompatíveis mas podem se inserir em um mesmo elemento. É o que ocorre, por exemplo, com os gastos com conserto de um fax e de uma turbina de avião que, apesar de completamente distintos, se insere no mesmo elemento "consertos". Sendo assim, uma das "ferramentas" capaz de guiar a caracterização da natureza dos bens refere-se às semelhanças que estes guardam entre si, sobretudo à vista do modo de atuação de mercado de cada um dos objetos. Nesse sentido, importante trazer ao texto as noções de "gênero" e "espécie". Como exemplo, citam-se os materiais de limpeza. Sabão em pó, detergente de louças, desinfetante e limpa vidros são todos bens diferentes

entre si, ou seja, são espécies distintas. Todavia, pertencem ao mesmo gênero (materiais de limpeza), que são comercializados pelo mesmo segmento de mercado. Vale dizer, tais bens, ainda que distintos, deverão ser caracterizados como de mesma natureza, pois guardam semelhanças entre si. Logo, são bens de mesma natureza e, como tal, devem ser considerados conjuntamente para fins de evitar o fracionamento de despesa.

8. Para que seja possível promover a dispensa em razão do valor, é preciso que a soma-tória dos valores, previsíveis, a serem despendidos ao longo do exercício financeiro com objetos de mesma natureza não ultrapasse o limite legal. Apesar de não existir uma definição legal para o que seriam "*bens e serviços de mesma natureza*", no entendimento da Zênite, o "elemento de despesa" não pode ser o único balizador dessa análise. Na realidade, deve-se entender aqueles que, por suas semelhanças, podem ser agrupados em um mesmo "*gênero*". Essa análise também deve ser iluminada pelo ramo/segmento dos particulares que fornecem as soluções no mercado.

9. No caso subexame trata-se de contratação de serviços destinados as **demandas desta Companhia, mais precisamente para atender as necessidades da Gerência-Socioambiental DESO**, não podendo significar fracionamento de despesas para o mesmo exercício financeiro.

10. Por fim, com a vigência da Lei nº 13.303/2016, e do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios(RILC) os limites para dispensa em razão do valor serão outros:

"Art. 29. É dispensável a realização de licitação por empresas públicas e sociedades de economia mista:

I - para obras e serviços de engenharia de valor até R\$ 100.000,00 (cem mil reais), desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda a obras e serviços de mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente;

II - para outros serviços e compras de valor até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizado de uma só vez;"
(Destacamos.)

11. Válidos, a propósito, os comentários feitos por Edgar Guimarães e José Anacleto Abduch Santos acerca da dispensa pelo valor no regime jurídico das estatais (Lei 13.303/2016),²² que guarda compatibilidade com a questão ora examinada:

"Logo, para o fim de identificar o cabimento ou não da dispensa em razão do valor, as empresas estatais devem considerar o total do gasto provocado pelo objeto a ser contratado. Consequentemente, se houver uma demanda que lhes sujeita à necessidade de adquirir 100 mesas a um custo estimado de R\$ 200.000,00, não poderão dividir o objeto em 10 parcelas de 10 unidades cada qual e contratar todas elas com dispensa de licitação, porque, ainda que o valor de cada uma dessas parcelas, considerado individualmente, fique dentro do limite do artigo 28, inciso II, o somatório extrapola.

12. É importante salientarmos que a vedação legal fica circunscrita ao fracionamento indevido de despesa, isto é, ao fato de não se considerar o encargo financeiro gerado pela contratação da totalidade do objeto para fins da definição do dever de licitar ou do cabimento da dispensa em razão do valor. Logo, não significa a impossibilidade de parcelar o objeto das contratações. Inclusive, sempre que a divisão do objeto representar vantagem, ela poderá (e, em alguns casos, deverá) ser realizada. E mais: a dispensa em razão do valor será cabível se, retomando o exemplo citado, as 10 parcelas, consideradas conjuntamente, traduzirem um custo inferior aos limites estabelecidos nas disposições legais em exame (R\$100.000,00 ou R\$50.000,00, conforme o caso), variando de acordo com a natureza da contratação.

13. É nítido, assim, que a verificação do cabimento da dispensa em razão do valor não permite que o gestor público considere as despesas contratuais de modo aleatório e individual, ou seja, como se cada contrato fosse próprio e independente. Ao contrário, a questão está diretamente ligada ao dever de planejamento que incide sobre toda a Administração Pública.

14. O planejamento, em síntese, constitui a atividade estratégica dirigida a permitir a execução eficiente da ação pública, ou seja, possibilitar a aplicação da melhor alternativa existente para a satisfação da necessidade com o menor dispêndio burocrático (tempo, recursos humanos, entre outros) e financeiro.

15. Daí porque as estatais devem, ao identificar a necessidade de uma contratação, avaliar o contexto da sua totalidade. Em outros termos, é preciso constatar qual a real demanda e se apenas uma contratação será suficiente para satisfazê-la.

16. Nas dispensas de licitação, a Administração deve justificar o preço, formalidade indispensável que deve presidir os procedimentos discricionários. No caso em questão, a unidade solicitante apresentou cotações (as fls. 24/33) para formação do preço referencial da DESO e pretende contratar a empresa que oferecer o menor preço em sessão de disputa de lances.

17. Em disputa de preço consagrou-se vitoriosa a empresa **23.689.733 LUCIANO SILVA OLIVEIRA (21.045.882/0001-81)**, com proposta no valor global de **R\$ 5.480,00 (cinco mil, quatrocentos e oitenta reais)** para o **LOTE 01 (ÚNICO)**, conforme **Ata Final DV0078/2025** (fls. 67/76) lavrada pela colaboradora *Cátia Cilene dos Santos*. Vejamos:

No Lote 1 , pelo critério de menor preço, foi adjudicado o objeto do lote da dispensa por valor à empresa 58.874.731 WALLISON CARVALHO DA CRUZ com o valor de R\$ 5.480,00 .						
Detalhamento dos valores unitários						
Lote 1						
Item	Código	Descrição	Unidade	Qtd	Valor Unit.	Valor Total
1	458446-5	TRANSFORMADOR - DO TIPO AUTOMÁTICO DE CAIS, COM 8 KVA, TRIVOLT (AUTOMATICO), COM VOLTÍMETRO, DEMAIS INFORMAÇÕES CONFORME TERMO DE REFERENCIA Marca: OTTO LT	UNIDADE	1	5.480,0000	5.480,00
					TOTAL	R\$ 5.480,00

18. A aquisição será formalizada pela **Ordem de Fornecimento Simplificada (contrato informal)**, com prazo de **90 (noventa) dias** e prazo de entrega de **30 (trinta) dias** contados a partir da data do recebimento da ordem de fornecimento pelo proponente vencedor, conforme solicitação da DESO.

19. Ao processo administrativo foram anexadas Certidões demonstrando a Regularidade Fiscal (INSS e Tributos Federais, FGTS e Fazenda Estadual) e Regularidade Trabalhista da Contratada.

20. Pelo exposto, a Nota Técnica tem função apenas opinativa desta Câmara Técnica de Licitações e Contratos, parte integrante da Superintendência Jurídica da DESO, e diante da justificativa apresentada pela Gerência de Compras e Almoxarifado e GESA, opinamos pela viabilidade da **Dispensa de Licitação nº 003/2025, DV0078/2025**, desde que não se trate de fracionamento de despesas.

Aracaju/SE, 17 de fevereiro de 2025.


VINÍCIUS ARAGÃO SANTIAGO COSTA
ADVOGADO/DESO – OAB/SE 4.876
Câmara Técnica de Licitações e Contratos
Superintendência Jurídica da DESO
1.1.00.00/SJUR

VINÍCIUS ARAGÃO
SANTIAGO
COSTA:013994655
11

Assinado de forma
digital por VINÍCIUS
ARAGÃO SANTIAGO
COSTA:01399465511

APROVO a presente Nota Técnica referente a **Dispensa de Licitação nº 003/2025. André Luís Pereira Oliveira. Superintendente Jurídico da DESO.**

RATIFICO a presente Nota Técnica e **HOMOLOGO** a **Dispensa de Licitação nº 003/2025** (Processo Administrativo E-Doc nº 830/2025). **Luciano Gois Paul. Diretor-Presidente da DESO.**